

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	42
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	43
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	8.407
Preferenciais	135
Total	8.542
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	598.698	574.847
1.01	Ativo Circulante	257.755	227.953
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	84.996	69.630
1.01.03	Contas a Receber	48.634	44.567
1.01.03.01	Clientes	48.634	44.567
1.01.06	Tributos a Recuperar	99.771	92.577
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	99.771	92.577
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.239	4.281
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.115	16.898
1.01.08.03	Outros	20.115	16.898
1.01.08.03.02	Outorga variável a faturar - Concessão	19.890	16.694
1.01.08.03.03	Adiantamentos a empregados	225	204
1.02	Ativo Não Circulante	340.943	346.894
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	145.811	150.618
1.02.01.04	Contas a Receber	43.271	43.271
1.02.01.04.01	Clientes	43.271	43.271
1.02.01.07	Tributos Diferidos	98.182	104.917
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.358	2.430
1.02.02	Investimentos	192.309	193.003
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	192.309	193.003
1.02.03	Imobilizado	2.823	3.273
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	680	763
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.143	2.510

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	598.698	574.847
2.01	Passivo Circulante	105.291	87.249
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.808	7.727
2.01.02	Fornecedores	23.829	19.827
2.01.03	Obrigações Fiscais	62.362	48.811
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.017	1.956
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	2.017	1.956
2.01.05	Outras Obrigações	10.275	8.928
2.01.05.02	Outros	10.275	8.928
2.01.05.02.04	Cessões de Áreas a Realizar / Adiantos Clientes	2.401	2.383
2.01.05.02.06	Eventos a Realizar	5.019	3.690
2.01.05.02.08	Outros	838	838
2.01.05.02.09	Receita Diferida ISS/IPU	2.017	2.017
2.02	Passivo Não Circulante	200.923	203.585
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	463	772
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	463	772
2.02.02	Outras Obrigações	158.380	159.441
2.02.02.02	Outros	158.380	159.441
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Municipais	114.343	114.956
2.02.02.02.06	Cessões de Áreas a Realizar	44.037	44.485
2.02.03	Tributos Diferidos	3.432	3.500
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.432	3.500
2.02.04	Provisões	16.427	16.937
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.427	16.937
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.528	5.576
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10.899	11.361
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	22.221	22.935
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	14.437	14.941
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	7.784	7.994
2.03	Patrimônio Líquido	292.484	284.013
2.03.01	Capital Social Realizado	246.149	246.149
2.03.03	Reservas de Reavaliação	110.734	110.948
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-64.399	-73.084

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	137.100	154.093
3.01.01	Receita Bruta	153.611	154.752
3.01.02	Impostos	-16.505	-658
3.01.03	Cancelamentos, devoluções e abatimentos	-6	-1
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-107.214	-149.105
3.03	Resultado Bruto	29.886	4.988
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.448	-17.557
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.393	-18.131
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	945	574
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.438	-12.569
3.06	Resultado Financeiro	-1.745	10.646
3.06.01	Receitas Financeiras	3.337	14.631
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.082	-3.985
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.693	-1.923
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.289	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.404	-1.923
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	8.404	-1.923
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00098	-0,00023
3.99.01.02	PNA	0,00098	-0,00023
3.99.01.03	PNB	0,00098	-0,00023
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00098	-0,00023
3.99.02.02	PNA	0,00098	-0,00023
3.99.02.03	PNB	0,00098	-0,00023

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	8.404	-1.923
4.02	Outros Resultados Abrangentes	214	214
4.03	Resultado Abrangente do Período	8.618	-1.709

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	15.621	-34.956
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	21.434	2.851
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do exercício	8.404	-1.923
6.01.01.02	Depreciação	1.147	771
6.01.01.03	Amortização	3	383
6.01.01.06	Provisão para contingências	-510	114
6.01.01.07	Provisão para décimo terceiro salário	458	693
6.01.01.08	Provisão de férias e encargos	-750	-217
6.01.01.09	Receita diferida realizada	-504	-504
6.01.01.11	Realização de tributos diferidos	-68	-184
6.01.01.12	Realização de subvenção em imobilizado	-210	-210
6.01.01.13	Juros e variações monetárias	13.464	3.928
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.813	-37.807
6.01.02.01	Redução (aumento) das contas a receber	-4.066	-15.666
6.01.02.03	Redução (aumento) dos impostos a recuperar	-459	-14.722
6.01.02.04	Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	-3.217	-3.022
6.01.02.05	Aumento (redução) de fornecedores	4.003	-587
6.01.02.06	Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	-627	-506
6.01.02.07	Aumento (redução) de obrigações tributárias	-526	-3.883
6.01.02.08	Aumento (redução) de outros passivos circulantes e não circulantes	66	81
6.01.02.09	Despesas antecipadas	41	41
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-1.927	376
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	-430	34
6.01.02.13	Recursos municipais Eventos	1.329	47
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7	-112
6.02.01	Imobilizado	-7	-97
6.02.02	Intangível	0	-15
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-248	-383
6.03.03	Passivos de arrendamentos	-248	-383
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.366	-35.451
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.630	91.089
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	84.996	55.638

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.149	0	0	-73.084	110.948	284.013
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.149	0	0	-73.084	110.948	284.013
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.404	0	8.404
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.404	0	8.404
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	281	-214	67
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	281	-281	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	67	67
5.07	Saldos Finais	246.149	0	0	-64.399	110.734	292.484

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	246.149	0	0	-113.539	111.803	244.413
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	246.149	0	0	-113.539	111.803	244.413
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.923	0	-1.923
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.923	0	-1.923
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	398	-214	184
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	398	-398	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	184	184
5.07	SalDOS Finais	246.149	0	0	-115.064	111.589	242.674

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	154.550	155.325
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	153.611	154.752
7.01.02	Outras Receitas	939	573
7.01.02.01	Outras Receitas	945	574
7.01.02.02	Receitas Canceladas	-6	-1
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-48.328	-105.236
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-25.015	-48.383
7.02.04	Outros	-23.313	-56.853
7.02.04.01	Mão de obra terceirizada	-18.000	-50.263
7.02.04.02	Segurança	-5.313	-6.590
7.03	Valor Adicionado Bruto	106.222	50.089
7.04	Retenções	-1.144	-1.156
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.144	-1.156
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	105.078	48.933
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.337	14.639
7.06.02	Receitas Financeiras	3.337	14.639
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	108.415	63.572
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	108.415	63.572
7.08.01	Pessoal	10.188	9.448
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.015	6.651
7.08.01.02	Benefícios	2.642	2.388
7.08.01.03	F.G.T.S.	525	562
7.08.01.04	Outros	1.006	-153
7.08.01.04.01	Provisões (Reversões) Conting. Trabalhistas	-48	-1.443
7.08.01.04.02	Férias	469	550
7.08.01.04.03	13º Salário	529	705
7.08.01.04.04	Verbas Rescisórias	56	35
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.803	6.623
7.08.02.01	Federais	22.242	2.670
7.08.02.03	Municipais	4.561	3.953
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	63.020	49.424
7.08.03.02	Aluguéis	63.020	49.424
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.404	-1.923
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.404	-1.923

Comentário do Desempenho



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

SÃO PAULO TURISMO S/A

Companhia Aberta

CNPJ: 62.002.886/0001-60

**Relatório da Administração
2026**

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Administração da São Paulo Turismo S.A. (“Companhia” e/ou “Spturis”), em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes divulgados nas Demonstrações Contábeis Intermediárias do período de 03 (três) meses encerrado em 31 de março de 2026, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR).

Empresa Estatal Independente

Durante o exercício de 2024, após 03 (três) anos, de resultados positivos e sem nenhum pedido de subvenção, a Companhia, por meio de Processo SEI 7210.2024/0003213-9, formalizou o pedido de exclusão da dependência e, com a aprovação dos órgãos colegiados da Secretaria Municipal da Fazenda (SF), a SPTURIS voltou a ser independente a partir do exercício de 2025.

Governança Corporativa

A Companhia informa aos investidores as práticas que adota em relação aos padrões de governança corporativa em modelo de divulgação determinado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e no "Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhia Aberta”, em atendimento à Resolução CVM nº 80/22.

Desempenho

A receita com a prestação de serviços públicos (Eventos), concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo.

No setor privado, (Anhembi), refere-se à apropriação de receita com outorga da concessão do Complexo Anhembi para a SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.

O quadro abaixo mostra o **faturamento de serviços prestados e concessão do Complexo Anhembi** até 31 de março de 2026, comparado a 2025, em R\$ mil.

	mar-26	mar-25	Var%
(+) Eventos PMSP	149.860	151.098	-1%
(+) Parque Anhembi	3.644	3.550	3%
(+) Outras Locações	107	104	5%
(=) Total Receita Operacional	153.611	154.752	-1%

Comentário do Desempenho**Variações relevantes:**

- a) A Receita com a Concessão (Anhembi), refere-se ao reconhecimento do valor de Outorga junto à GL Events.
- b) A redução na “Receita Operacional” foi ocasionada pela redução da taxa administrativa cobrada pela Companhia, para 5%.

Resultado do Trimestre

O 1º trimestre de 2026 encerrou com Lucro Líquido de R\$ 8,4 milhões, revertendo o prejuízo líquido de R\$ 1,9 milhão registrado no mesmo período de 2025 — uma melhora de R\$ 10,3 milhões. O resultado decorre, principalmente, da consolidação das ações de racionalização administrativa iniciadas em agosto de 2025 (Ato DPR nº 026/2025), com destaque para a renegociação dos contratos de fornecedores (redução de 28% nos custos com terceiros, de R\$ 149,1 milhões para R\$ 107,2 milhões) e a manutenção das despesas administrativas em patamar contido. Em paralelo, as deduções de PIS/COFINS sobre a receita aumentaram em R\$ 15,9 milhões em razão do encerramento do regime de alíquota zero do PERSE (Lei 14.148/21), efeito que se manterá nos demais trimestres de 2026.

O quadro abaixo mostra o **fluxo de caixa** até março no comparativo de 2026 e 2025 (em R\$ mil).

Descrição	Anual / Acumulado		
	mar/26	mar/25	Variação
1. TOTAL ENTRADAS	143.192	131.351	9%
1.1 Concessão	3.196	2.920	9%
1.2 Outras Entradas (a)	3.167	10.957	-71%
1.3 Eventos / PMSP (b)	136.829	117.474	16%
2. TOTAL SAÍDAS	127.818	166.971	23%
2.1 Pessoal (c)	9.409	9.069	4%
2.2 Fornecedores/ Materiais e Serviços	113.532	153.384	-26%
2.3 Tributos/ Parcelamento	4.870	4.471	9%
2.4 Investimentos	7	47	-85%
RESULTADO	15.374	-35.620	-143%

- a) Em 2025, destaca-se a restituição de INSS junto à Receita Federal do Brasil referente a valores retidos na fonte sobre emissão de notas fiscais (79%), Receitas Financeiras somaram 13,8% e outras
- b) Variação de 16% nos valores recebidos da Prefeitura, recebimentos de valores vencidos em 2025.

Comentário do Desempenho



- c) As saídas com variação de 23% foram decorrentes de retenções de pagamentos a fornecedores para análise contratual.

Relacionamento com os auditores

Em 27 de março de 2026, a Companhia contratou, mediante o Processo SEI nº 7210.2025/0005836-9, a TBRT Auditores Independentes Sociedade Simples para a prestação dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2026. A substituição decorreu do encerramento do contrato anterior para cumprimento da rotação obrigatória prevista no art. 31 da Resolução CVM 162/22, em substituição à Conatus Auditores Independentes S/S, que prestou os serviços para o exercício de 2025.

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, durante o exercício de 2026, os Auditores Independentes, **TBRT AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES**, prestaram à Companhia exclusivamente os serviços de auditoria para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria, em 2025 os serviços foram prestados pelos Auditores Independentes Conatus Auditores Independentes S/S.

Relações com os Investidores

A Companhia disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo <http://www.spturis.com/v7/investidores.php>, boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como por meio de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-2226-0670, e-mail: rodrigokluska@spturis.com).

Ações de Racionalização e Eficiência Administrativa da Companhia

Em atendimento ao Ato DPR 026/2025, do dia 21/07/2025, com vigência a partir de 01/08/2025, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

1. Renegociação de pelo menos 5% no valor dos contratos de custeio e operação da empresa (fornecedores internos e de eventos) - redução de aproximadamente R\$ 20 milhões/ano);
2. Destituição de 04 Diretores da Companhia que passou a ser composta por 03 diretorias, sendo: i) Presidência; ii) Diretoria de Gestão e de Relações com Investidores e; iii) Diretoria de Representação dos Empregados. Os 4 até então diretores, passaram ao cargo de Gerente;
3. Estabelecer o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) para a Taxa de Administração a ser cobrada sobre o custo total de cada evento promovido ou operacionalizado pela Companhia, a qual deverá incidir sobre a somatória dos valores individuais de todos os itens envolvidos para a realização do evento, conforme previamente aprovados em ordem de serviço pela contratante. Ficam excluídos da base de cálculo da taxa os produtos e serviços entregues diretamente pela SPTuris, por meio de pessoal próprio, tais como “produção”, “planejamento” e “concepção”.
(conforme Ato DPR nº 45/2024, vigente).

Comentário do Desempenho



Alterações na Diretoria Executiva

Em publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, em 26 de fevereiro de 2026, e Atas de Reunião do Conselho de Administração realizadas em 27 de fevereiro de 2026 e 02 de março de 2026, foi aprovada a destituição, a pedido, do Sr. Gustavo Garcia Pires da Presidência da Companhia, e a nomeação do Sr. Marcelo Vieira Salles para o cargo de Diretor Presidente. A alteração foi refletida no Formulário de Referência (versão 6 de 2025) e na Versão 1 de 2026, atendendo às Resoluções CVM 80/22 e 81/22.

Apurações em Curso

Em fevereiro de 2026 foram veiculadas na imprensa notícias relativas a suspeitas de conflito de interesses, favorecimento e irregularidades na contratação de serviços prestados por determinado prestador de serviço da Companhia, o que é objeto de apuração interna conduzida pela nova Administração desde março de 2026, com análise da regularidade documental, da aderência entre serviços executados e medições, e da cadeia de liquidação da despesa. Adicionalmente, foram instaurados procedimentos apuratórios pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, pela Controladoria Geral do Município (CGM) e pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM). A Companhia está colaborando integralmente com as autoridades competentes. Detalhes adicionais constam da Nota Explicativa nº 29 às presentes Demonstrações Financeiras Intermediárias. Até a presente data, não há elementos que demandem ajuste dos saldos ou reconhecimento de provisão nas demonstrações financeiras da Companhia.”

Considerações finais

A Companhia segue firme no aprimoramento dos seus controles e processos, investindo na melhoria contínua de suas atividades e resultados, visando sempre manter o equilíbrio das suas finanças, com projeções e boas perspectivas de atingimento de objetivos.

A previsão é que a Companhia seguirá dinâmica e atuante, com os novos eventos que está trazendo para a Cidade São Paulo e o aprimoramento dos seus processos e governança.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo alinhamento, empenho e talento, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 12 de maio de 2026

A Administração

Notas Explicativas



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2026

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Paulo Turismo S.A (“Companhia” ou “SPTuris”), com sede na Rua Boa Vista, 280, 16º andar, Centro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos de pequeno, médio e grande porte, carnaval, congressos e prestação de serviços para turismo e lazer.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B. A acionista majoritária é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da Companhia aprovou em 11 de maio de 2026 as presentes demonstrações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2026.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2026.

1.1. Empresa Estatal Independente

Durante o exercício de 2024, após 03 (três) anos, de resultados positivos e sem nenhum pedido de subvenção, a Companhia, por meio de Processo SEI 7210.2024/0003213-9, formalizou o pedido de exclusão da dependência e, com a aprovação dos órgãos colegiados da Secretaria Municipal da Fazenda (SF), a SPTURIS voltou a ser independente a partir do exercício de 2025.

1.2. Concessão Complexo Anhembi

Em 14 de janeiro de 2021 foi homologado o procedimento licitatório promovido pela “Concorrência Internacional nº 001/20”, o qual adjudicou a concessão do “Complexo Anhembi” à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do complexo pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Em 27 de maio de 2021 foi assinado o contrato CCN/GCO nº 014/2021, entre o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e o Interveniente-Anuente (Município de São Paulo). O contrato estabelece que a Companhia tem direito a receber uma outorga onerosa dividida em fixa e variável. A outorga fixa no valor de R\$ 53.740 mil foi integralmente paga pela Concessionária ao longo do ano de 2022.

Notas Explicativas



A outorga variável consiste no maior valor entre a outorga variável mínima de R\$ 12.783 mil – valor atualizado anualmente pela variação do IPCA, na data base do contrato, e a aplicação da alíquota de 12,5% sobre a Receita Bruta total anual da Concessionária.

A assinatura da “ORDEM DE INÍCIO” ocorreu em 11 de novembro de 2021 e, em 05 de janeiro de 2022, o controle do equipamento passou a ser exercido pela Concessionária.

Os bens vinculados à Concessão são reversíveis para a SPTuris, ao final do contrato, sem direito à indenização em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção.

Os autos do processo licitatório da Concessão constam do processo SEI Nº 7210.2020/0000956-3.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das suas atividades, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Administração da Companhia declara e afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurados a valor justo.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o período findo em 31 de março de 2026, as mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, estão sendo ajustadas levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas,

Notas Explicativas



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

seguindo as orientações do **Ofício-Circular/Anual-2026-CVM/SEP de 26 de fevereiro de 2026**.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos de cálculos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do exercício social anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

a) Moeda funcional – As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados;

b) Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- A receita referente à Outorga do Complexo do Anhembi é reconhecida de forma linear durante a vigência do contrato, e os valores contingentes são reconhecidos conforme se tornem exigíveis;
- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”);

c) Estimativas contábeis – A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, propriedade para investimentos, receita diferida, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;

d) Instrumentos financeiros – Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em

Notas Explicativas



um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Assim como neste exercício de 2026, bem como durante o exercício de 2025, não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

e) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor justo, com objetivo de atender a compromissos de curto prazo e limites utilizados de conta garantida;

f) Contas a receber de clientes – As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

g) Propriedade para investimento – Inclui os ativos cujo direito de uso foi cedido por 30 (trinta) anos do âmbito do Contrato de Concessão Onerosa de Uso do Complexo Anhembi. A Companhia adota o método do custo. Os terrenos foram reavaliados na data base 10/2006. Edifícios, benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos também foram reavaliados na data base de 10/2006 e, a partir desta, são incorporados pelo custo de aquisição. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa nº 8;

h) Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “impairment” -: O saldo de imobilizado, outros ativos e propriedade para investimentos serão revistos anualmente ou durante o ano, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos;

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Intangível – A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos de terceiros.

Os ativos arrendados são contabilizados pelo reconhecimento de um ativo de direito

Notas Explicativas



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamento de ativos de baixo valor e
- Arrendamento com duração igual ou inferior a 12 meses.

São inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos de quaisquer incentivos recebidos, acrescidos por:

- Pagamentos de arrendamento feitos até a data do início do contrato; e
- Custos diretos incorridos iniciais.

Os ativos arrendados são amortizados pelo método linear pelo prazo remanescente do arrendamento ou pela vida econômica remanescente do ativo se, raramente, for considerado inferior ao prazo do arrendamento;

j) Adiantamentos de Clientes – A Companhia recebeu antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. Os contratos de serviços/locações, a partir da concessão, foram repassados à Concessionária;

k) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

l) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

m) Arrendamento – Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao longo do prazo do arrendamento, com a taxa de desconto implícita do contrato. Após a mensuração inicial, os passivos do arrendamento aumentam como resultado dos juros/reajustes cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos pelos pagamentos do arrendamento efetuados;

n) Provisão para Contingências – Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, Resolução CVM nº 72/22 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

o) Imposto de renda e contribuição social – O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

Notas Explicativas



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados.

p) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007;

q) Reconhecimento da receita – A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47). A receita de prestação de serviços é reconhecida, proporcionalmente, aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável;

r) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas – Até 31 de dezembro de 2025, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

Alterações de novas normas que estão em vigor a partir de 01 de janeiro de 2025.

Norma	Descrição	Vigência
Resolução CVM nº 223 OCPC 10	Crédito de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO): Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A orientação técnica que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2025 não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor

Notas Explicativas

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

para o exercício de 2025:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 7 OCPC 40	Divulgação de instrumentos financeiros: Apresentado novos requisitos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimos; (iii) volume de riscos inerentes aos contratos de energia elétrica, performados ou não, dependentes de fontes naturais.	01/01/2026 aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48)	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: Apresentado novos requisitos de divulgação relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamentos eletrônicos; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ESG); e (iii) aumento das isenções para aplicação da abordagem de uso-próprio e/ou abordagem de <i>Hedge accounting</i> em contratos de energia elétrica, que dependem de fontes naturais altamente sensíveis às oscilações climáticas.	01/01/2026 aplicação retrospectiva
IFRS 18	Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras: Esta norma substituirá a IAS 1/ CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Introduzido 3 (três) categorias definidas para receitas e despesas: operacionais, de investimento, e de financiamento. Essa mudança visa melhorar a estrutura da demonstração de resultado, e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura aprimorada e os novos subtotais proporcionarão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. Exigência da divulgação de esclarecimentos sobre as medidas específicas relacionadas à demonstração dos resultados, conhecidas como medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027 aplicação retrospectiva

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2026	31/12/2025
Bancos Conta movimento	42	42
Aplicações financeiras	84.954	69.588
	84.996	69.630

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com remuneração média de 98%, contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento, sem risco de mudança de valor. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

São compostas por:

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Clientes no País	18.686	21.887
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo) (a)	78.061	70.793
Contas a receber transferência para não circulante (b)	(48.113)	(48.113)
	48.634	44.567
Não Circulante		
Contas a receber transferência para não circulante (b)	48.113	48.113
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.842)	(4.842)
	43.271	43.271
Total Circulante e Não Circulante	91.905	87.838

(a) Refere-se principalmente ao contas a receber com as Secretarias da Prefeitura do Município de São Paulo.

(b) Valores a receber em aberto até 30/06/2025, reclassificados para o Longo Prazo.

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquidas da estimativa de perdas, classificadas no ativo circulante estão demonstrados como segue:

	31/03/2026	31/12/2025
A vencer:	39.307	38.320
Vencidos até 30 dias:	7.527	2.980
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	-	641
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	425	-
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	-	2.626
Vencidos há mais de 180 dias: (a)	49.488	48.113
Total:	96.747	92.680

(a) Valores referem-se, em sua maioria, com o Contas a Receber com a Prefeitura do Município de São Paulo.

Notas Explicativas

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
IRPJ a compensar (a)	94.732	87.530
CSLL a compensar	4.956	4.907
INSS a compensar (b)	83	140
	99.771	92.577
Não Circulante		
INSS a compensar (b)	98.182	104.917

(a) IRPJ a Compensar é constituído pela retenção de IRRF sobre as notas fiscais e saldo negativo apurado em exercícios anteriores e até este exercício de 2026.

(b) O INSS a Compensar, diz respeito ao INSS retido nas notas fiscais sob serviços prestados. Em janeiro de 2025, foi protocolado junto à Receita Federal do Brasil, a solicitação de restituição, em caixa, de valores de INSS a Recuperar, classificados no Longo Prazo, sendo reconhecido também, valores de correção pela SELIC. Desde o início do pedido, até o primeiro trimestre de 2026, foi recebido o montante de **R\$ 12.557**.

8. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Investimentos – Propriedades para investimentos	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/03/2026	Líquido 31/12/2025
Terrenos	-	121.122	-	121.122	121.122
Complexo Anhembi	3,73%	170.635	(99.448)	71.187	71.881
Propriedades para Investimento		291.757	(99.448)	192.309	193.003

A movimentação de investimentos está demonstrada a seguir:

Investimentos - Propriedades para Investimentos	Líquido 31/12/2025	Depreciação	Líquido 31/03/2026
Terrenos	121.122	-	121.122
Complexo Anhembi	71.881	(694)	71.187
Total de Investimentos	193.003	(694)	192.309

Com base no item 53 do CPC 28 – Propriedades para Investimento – tendo em vista que não estão disponíveis mensurações no mercado de alternativas de valor justo em operações semelhantes à propriedade objeto da concessão, e que não há bases suficientemente seguras para projeções de fluxos de caixa descontados pelo fato de que a propriedade para investimento só terá seu valor justo confiável a partir da conclusão das obras da concessionária, mensuramos a propriedade para investimento utilizando o método do custo do CPC 27.

Nesse momento, não há parâmetros para que seja feita uma avaliação a valor justo.

Notas Explicativas



9. IMOBILIZADO

Imobilizado	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 31/03/2026	Líquido 31/12/2025
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	5.900	(5.286)	(41)	571	658
Veículos		688	(688)	-	-	-
Móveis e utensílios	10%	2.142	(2.044)	-	98	93
Outros ativos fixos	20% e 10%	281	(270)	-	11	11
Total imobilizado		9.011	(8.289)	(41)	680	762

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Imobilizado	Líquido 31/12/2025	Adições	Depreciação	Líquido 31/03/2026
Máquinas e equipamentos	658	-	(87)	571
Móveis e Utensílios	93	7	(2)	98
Outros ativos fixos	11	-	-	11
Total Imobilizado	762	7	(89)	680

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor.

9.1 DIREITO DE USO

	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação	Líquido 31/03/2026	Líquido 31/12/2025
Direito de uso	20%	7.040	(4.897)	2.143	2.507
Total				2.143	2.507

A movimentação do Direito de uso está demonstrada a seguir:

	Líquido 31/12/2025	Depreciação	Líquido 31/03/2026
Direito de uso	2.507	(364)	2.143
Total	2.507	(364)	2.143

O Direito de uso foi reclassificado para o grupo contábil de Imobilizado.

10. INTANGIVEL

	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/03/2026	Líquido 31/12/2025
Software	20%	2.280	(2.280)	-	3
Total		2.280	(2.280)	-	3

Notas Explicativas**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	<u>Líquido 31/12/2025</u>	<u>Amortização</u>	<u>Líquido 31/03/2026</u>
Software	3	(3)	-
Total	3	(3)	-

11. FORNECEDORES

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
A vencer	17.152	18.073
Vencidos:		
Vencidos até 30 dias:	(a) 4.590	305
Vencidos de 31 dias até 60 dias	(a) 921	311
Vencidos de 61 dias até 90 dias	(a) 4	5
Vencidos de 91 dias até 180 dias	(a) 27	15
Vencidos há mais de 180 dias	(b) 1.136	1.118
Total	23.830	19.827

(a) Os valores vencidos até 30 dias são, em sua maior parte, decorrentes de procedimentos administrativos em observância da Lei das Licitações, pela qual o pagamento ao fornecedor depende, dentre outros requisitos, de sua regular situação perante o Fisco. Outros fornecedores com até 180 dias em atraso, decorrem de questões referentes à prestação dos serviços e são direcionados a processos administrativos ou à via judicial. Estes casos, em que a Companhia entende que os atrasos estão justificados, também não lhes reconhece quaisquer juros passivos.

(b) Os valores vencidos há mais de 180 dias decorrem de pendências geradas na execução dos contratos que, em sua maioria, estão sendo discutidas judicialmente.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Rescisões	58	-
INSS empresa	1.943	1.908
INSS retido	209	189
Férias e encargos	3.666	4.415
IRRF	269	789
FGTS	183	268
Consignações	6	11
Dissídio e encargos salariais	147	147
	6.481	7.727

Notas Explicativas

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		31/03/2026	31/12/2025
Circulante			
IRPJ a recolher		6.457	2.414
CSLL a recolher		876	295
Parcelamento IPTU/ISS/	(a)	18.178	17.576
Impostos a recolher:			
COFINS a recolher	(b)	26.925	22.269
PIS a recolher	(b)	9.313	5.219
Impostos retidos		613	1.038
		62.362	48.811
Não circulante			
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	(a)	114.343	114.956
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação		3.432	3.500
		117.775	118.456
Total circulante e não circulante		180.137	167.267

- (a) Em 23/06/2006, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Saldo de R\$ 73.877 em 31/03/2026 referente a 110 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora.

Em 01/10/2021 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 17.557/21, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 120 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações decorrem de autuações adicionais de IPTU de 2014 a 2020. Saldo de R\$ 48.049 em 31/03/2026, referente a 66 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 60% dos juros de mora.

Em 24/11/2023 a Companhia aderiu à Transação de Débitos Municipais – TDM, regulamentada pelo Decreto nº 60.939/21, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 120 meses à taxa de juros SELIC. Essa obrigação refere-se ao IPTU do exercício de 2021. Saldo de R\$ 10.594 em 31/03/2026, referente a 92 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 95% da multa e 95% dos juros de mora.

Os benefícios de redução de encargos, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, caso haja inadimplência

Os parcelamentos do PPI classificados no passivo não circulante em 31 de março de 2026 têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Notas Explicativas



Ano de vencimento	R\$ mil
2027	13.633
2028	18.177
2029	18.177
2030	18.177
2031 em diante	46.179
Total	114.343

- (b) Em novembro de 2022, a SPTuris aderiu à Instrução Normativa RFB nº 2.114/2022, que dispõe sobre a aplicação do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), atualizada pelos artigos vetados pelo Presidente da República, mantido pelo Congresso Nacional e publicação na Edição Extra B do DOU de 18/3/2022. Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia do COVID-19 e Instrução Normativa RFB nº 2.121/2022. Esta consolida as normas sobre a apuração, a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e a administração da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação. A oportunidade dessa adesão contempla a aplicação da alíquota zero para os tributos de PIS/Pasep e Cofins sobre as atividades permitidas.

14. ARRENDAMENTOS

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o imóvel alugado da sede caracteriza-se como um arrendamento mercantil financeiro, tendo em vista o fato de ser um direito de uso contratado por um prazo de 60 meses e ter valor relevante.

O valor referente ao reconhecimento inicial do direito de uso do ativo arrendado e da obrigação assumida é demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

	31/03/2026	31/12/2025
Reconhecimento inicial do direito de uso		-
5 anos de aluguel		
Saldo anterior / Valor do direito de uso inicial	2.507	4.129
Adição		51
Baixa		(175)
Depreciação	(364)	(1.498)
Saldo no Arrendamento	2.143	2.507
Arrendamento a pagar		
Saldo inicial	2.728	4.357
Juros/Reajustes incorridos	36	(125)
Pagamentos	(284)	(1.504)
	2.480	2.728
Circulante	2.017	1.956
Não circulante	463	772

15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Adiantamentos de clientes	610	592
Eventos a Realizar	3.347	3.347
Concessão Anhembi diferida	1.791	1.791
	5.748	5.730
Não circulante		
Concessão Anhembi diferida	44.037	44.485
	44.037	44.485
Total circulante e não circulante	49.785	50.215

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos,

entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) e Resolução CVM Nº 72/22.

Notas Explicativas**(a) Provisões constituídas**

	31/03/2026	31/12/2025
Cíveis	10.899	11.361
Trabalhistas	5.528	5.576
Total	16.427	16.937

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

Cíveis – O valor mais relevante na provisão das contingências cíveis decorre de ações por prejuízos causados a expositores em razão de gotejamento ocorrido durante uma grande feira no Pavilhão de Exposições em 2016.

Trabalhistas – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

(b) Passivos contingentes não provisionados

Tipo de Ação	31/03/2026	31/12/2025
Ações Cíveis	47.504	47.653
Trabalhistas	2.691	2.264
	50.195	49.917

Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, e implicam risco de perda possível no médio prazo considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes.

A Companhia tem como depósitos judiciais, em 31 de março de 2026, o montante de R\$ 4.357 (R\$ 2.430 em 31 de dezembro de 2025).

A Administração da Companhia acredita que a resolução destes processos judiciais classificados nas probabilidades de perdas possíveis e prováveis não produzirão efeitos significativamente diferentes aos montantes provisionados, suportados pela opinião de nossa área Jurídica.

17. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS (PAC)

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	838	838
Não circulante	7.784	7.994
Total de subvenções governamentais	8.622	8.832

Referem-se a subvenções a realizar como receitas, proporcionalmente à realização da depreciação das reformas e melhorias feitas no complexo Anhembi em razão do Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013 com o Ministério do Turismo. (Lei 11.578/2007, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC).

Notas Explicativas
**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital social 31/03/2026
Ações da PMSP	8.237.283	-	27.765	8.265.048	238.116
Ações em tesouraria	379	478	259	1.116	32
Ações de minoritários	170.215	44.544	62.971	277.730	8.001
Saldos em 31/03/2026	8.407.877	45.022	90.995	8.543.894	246.149

A Companhia contava com cerca de 3.644 acionistas em 31/03/2026. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais classe A e AHEB6 para ações preferenciais classe B.

b) Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação e tributos	Reserva	Tributos	Total
Saldo em 31/12/2025	114.447	(3.499)	110.948
Realização da reserva de reavaliação	(281)		(281)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação		67	67
Saldo em 31/03/2026	114.166	(3.432)	110.734

19. RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas brutas, antes da dedução dos impostos sobre os serviços, cancelamentos de cessões de áreas e descontos são demonstradas abaixo.

Notas Explicativas
**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025
Receita bruta		
Eventos	149.860	151.098
Concessão Parque Anhembi	3.644	3.550
Outras receitas	107	104
Total da receita bruta	153.611	154.752
Deduções da Receita Bruta		
Impostos		
(-) COFINS	(11.040)	(640)
(-) PIS	(5.465)	(19)
Total de impostos	(16.505)	(659)
Outras deduções da receita	(6)	-
Total de deduções	(16.511)	(659)
Receita líquida	137.100	154.093

20. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**20.1 Custos das atividades operacionais**

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025
Locação de móveis e equipamentos	(58.827)	(49.424)
Mão de Obra Terceirizada	(18.000)	(50.263)
Insumos e Materiais	(6.461)	(16.494)
Segurança para Eventos	(5.313)	(6.590)
Mão de obra direta	(4.342)	(5.114)
Comunicação Visual	(2.296)	(4.373)
Depreciação	(360)	(358)
Demais Serviços	(11.615)	(16.489)
	(107.214)	(149.105)

Notas Explicativas

**20.2 Despesas administrativas**

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025
Remunerações, encargos sociais e benefícios	(7.595)	(7.552)
Utilidades e serviços	(84)	(99)
Honorários	(195)	(207)
Manutenções e locações	(5.428)	(4.117)
Consultoria e Assessoria	(1.745)	(3.002)
Despesas gerais	(2.320)	(2.486)
Tributos, taxas e contribuições	(80)	(92)
Depreciações e amortizações	(456)	(460)
Provisões e reversões de provisões	510	(115)
	(17.393)	(18.130)

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025
Perdas com contas a receber	-	7
Juros sobre impostos a compensar	551	12.195
Variações monetárias e juros passivos	(4.489)	(3.863)
Receitas de aplicações financeiras	1.977	1.510
Multas	(551)	(31)
Receita diferida realizada	584	848
Outras despesas e receitas financeiras	183	(20)
	(1.745)	10.646

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	11.693	(1.923)
Despesa não dedutíveis	2.490	493
Provisões não dedutíveis	-	1.557
Realização da reserva de reavaliação	281	397
Outras adições	-	(7)
Outras adições (CSLL)	-	-
Exclusões	248	1.442
Compensação de prejuízos acumulados	(4.249)	-
Compensação de prejuízos acumulados (CSLL)	-	-
IR e CSLL efetivos	(3.289)	-
Taxa efetiva	28,13%	0%

Notas Explicativas



23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais. Os principais segmentos de negócios são divididos em:

- Setor público, no qual são desenvolvidas as atividades de promoção e exploração do turismo e atividades afins, de acordo com as políticas formuladas pela Prefeitura do Município de São Paulo.
- Setor privado, onde é explorada a locação do Auditório Bruno Covas, localizado no 11º andar da Sede Administrativa da SPTuris, sito à Rua Boa Vista, 280 – Centro – SP, para realização de eventos de qualquer espécie, bem como a receita da outorga variável, referente à Concessão do Complexo Anhembi para a empresa GL Events.

Na tabela a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31/03/2026 e 31/03/2025:

Demonstração de Resultados de 2026

	Público	Privado	Total
Receita líquida	133.349	3.751	137.100
Custos variáveis e fixos	(107.214)	-	(107.214)
Lucro bruto	26.135	3.751	29.886
Despesas administrativas			(17.393)
Outras receitas operacionais			945
Resultado financeiro			(1.745)
Imposto de Renda e Contribuição Social			(3.289)
Lucro líquido			8.404

Demonstração de Resultados de 2025

	Público	Privado	Total
Receita líquida	150.438	3.654	154.092
Custos variáveis e fixos	(149.105)	-	(149.105)
Lucro bruto	1.333	3.654	4.987
Despesas administrativas			(18.130)
Outras receitas operacionais			575
Resultado financeiro			10.645
Imposto de Renda e Contribuição Social			-
Lucro líquido			(1.923)

Notas Explicativas



24. LUCRO / (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025
Numerador		
Lucro (prejuízo) no exercício atribuível às ações ordinárias em circulação	164	(37)
Denominador (em milhares de ações) básico		
Média ponderada do número de ações em circulação	166.554	166.554
Lucro / (Prejuízo) líquido por ação básico no exercício	0,00098	(0,00023)

25. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	Importância segurada	
		31/03/2026	31/12/2025
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	16.854	16.854

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Notas Explicativas



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

a) Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2026 estão identificados a seguir:

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Bens numerário e conta movimento	41		41
Aplicações financeiras		84.954	84.954
Contas a receber e clientes	91.905		91.905
Impostos a recuperar	197.953		197.953
Outorga Variável	19.890		19.890
Outras contas a receber	225		225
	310.014	84.954	394.968
Passivos			
Fornecedores	23.829		23.829
Obrigações trabalhistas	6.807		6.807
Obrigações tributárias	176.704		176.704
Arrendamentos	2.480		2.480
	209.820		209.820

b) Derivativos

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte das divulgações.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5) e Contas a receber (nota explicativa nº 6). A Companhia em 31 de março de 2026 tem em caixa um montante cuja disponibilidade é imediata.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados nas notas explicativas nº 11 a 17, respectivamente. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Notas Explicativas

PREFEITURA DE
SÃO PAULO

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	23.829	23.829	23.829	-	-	-
Trabalhistas e Tributárias	186.944	186.944	69.439	18.447	55.341	48.261
Arrendamentos	2.480	2.480	1.339	583	558	-
Provisões para contingências	16.427	16.427	-	16.427	-	-
Total	229.680	229.680	94.607	35.457	55.899	48.261

d) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de “Caixa e equivalente de caixa”. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de março de 2026 é R\$ 84.996.

e) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

27. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média de 5%, e impostos. Não houve ocorrência de interessados do setor privado para a contratação de serviços com características semelhantes aos que são prestados para a Prefeitura.

	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025
Ativos		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	78.061	70.793
	78.061	70.793
Passivos		
Curto prazo		
PMSP Eventos a realizar (Repasse)	1.585	256
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	18.177	17.576
SPTTrans	-	-
	19.762	17.832
Longo prazo		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	114.342	114.956
	114.342	114.956

Notas Explicativas
**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025
Receita Bruta de eventos	149.860	151.098
Deduções da receita	(16.511)	(533)
Receita Líquida	133.349	150.565
Custos variáveis e fixos	(107.215)	(147.123)
Lucro (Prejuízo) bruto	26.134	3.442

Receitas com Prestações Serviços com Partes Relacionadas	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025
Câmara Municipal de São Paulo	91	193
Fundo Municipal de Saúde	-	1.097
Secretaria de Governo Municipal	32.010	28.772
Secretaria de Turismo	1.066	7.294
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	3.664	944
Secretaria Municipal de Assistência e Desenv. Social	7.205	13.035
Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa	6.160	6.755
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	-	522
Secretaria Municipal de Educação	-	16.067
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	99.520	76.121
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	144	298
TOTAL	149.860	151.098

28. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os Diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, no primeiro trimestre de 2026 foi de R\$ 453, e no primeiro trimestre de 2025 foi de R\$ 801. Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Durante o Exercício de 2025, houve alteração na estrutura, com a diminuição de diretorias da Companhia.

Notas Explicativas



29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2026 foram veiculadas, na imprensa, notícias relativas às suspeitas de conflito de interesses, favorecimento e irregularidades na contratação de serviços prestados por determinado prestador de serviço da Companhia, o que é objeto de apuração interna.

Frente à estas notícias a nova Administração da Companhia, que assumiu em março de 2026, determinou a imediata adoção de medidas para fins de saneamento e fiscalização dos contratos relacionados a este fornecedor, mediante processo interno, com o levantamento preliminar e a análise de conformidade documental dos processos de medição deste fornecedor. No âmbito da referida auditoria, estão sendo realizados, entre outros, as seguintes verificações:

- Análise da regularidade formal e documental dos processos de medição;
- Verificação da aderência entre os serviços efetivamente executados e aqueles registrados nas medições apresentadas;
- Exame da correspondência entre medições, atestes, notas fiscais emitidas e eventuais pagamentos realizados, de modo a verificar a regularidade da cadeia de liquidação da despesa;
- Avaliação da observância das disposições contratuais, normativas e administrativas aplicáveis aos processos de medição e pagamento.

Existem outros procedimentos apuratórios instaurados pela Controladoria Geral do Município – CGM, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM.

Os procedimentos apuratórios estão em andamento, devendo-se aguardar a instrução dos feitos, destacando-se, de todo modo, que, até a presente data, não há elementos que demandem ajuste dos saldos ou reconhecimento de provisão nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de março de 2026. Eventuais desdobramentos futuros dessas apurações serão acompanhados e avaliados tempestivamente, para fins de divulgação e/ou reconhecimento contábil, conforme aplicável.

A Companhia analisou os eventos subsequentes até 11 de maio de 2026, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da Carta de Representação da Administração relativa às presentes demonstrações financeiras.

Não temos conhecimento de eventos ocorridos no período compreendido entre 01 de abril de 2026 e 11 de maio de 2026, além dos que já estão reportados nestas demonstrações financeiras, segundo nosso melhor entendimento.

Notas Explicativas



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

30. OUTROS ASSUNTOS

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC ") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações intermediárias de 31 de março de 2026.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
São Paulo Turismo S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, da São Paulo Turismo S.A. (Companhia), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Processo de investigação interna

Conforme nota explicativa nº 29 às demonstrações contábeis, em 26 de fevereiro de 2026, o Ministério Público do Estado de São Paulo, instaurou inquérito civil para investigação e apuração de eventuais irregularidades em contratos de prestação de serviços vigentes com a Companhia fruto de notícias veiculadas pela imprensa. Adicionalmente a Controladoria Geral do Município – CGM e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM também iniciaram processo de apuração. Nesse contexto, a Administração da Companhia declara que vem colaborando com as investigações, entretanto, como o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas ainda está em fase inicial, não podemos assegurar, até a presente data, a existência ou não de efeitos que possam resultar em alterações significativas nessas demonstrações contábeis, incluindo aspectos relacionados à insuficiência de divulgação nas notas explicativas. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Transações entre partes relacionadas

Chamamos a atenção às notas explicativas nº 6 e 27, que demonstram que as transações com partes relacionadas representam parte significativa das operações de serviços da São Paulo Turismo S.A. Essas operações foram realizadas em condições firmadas entre as partes e, se caso fossem realizadas em condições usuais de mercado, poderiam gerar resultados diferentes dos apresentados nestas demonstrações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Concessão Onerosa

Conforme divulgado pela Companhia em Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, a São Paulo Turismo S/A publicou em 14/01/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela "Concorrência Internacional nº 001/20", o qual adjudicou a concessão do "Complexo Anhembi" à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., para

reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do complexo pelo prazo de 30 anos. Em 27 de maio de 2021 foi assinado o contrato CCN/GCO nº 014/2021, entre o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e a Interviente-Anuente (Município de São Paulo). O contrato estabelece que a Companhia tem direito a receber uma outorga onerosa dividida em fixa e variável. A outorga fixa no valor de R\$53.740 mil foi integralmente paga pela Concessionária ao longo do ano de 2022. A outorga variável consiste no maior valor entre a outorga variável mínima de R\$12.783 mil e a aplicação da alíquota de 12,5% sobre a Receita Bruta total anual da Concessionária. A assinatura da “Ordem de início” ocorreu em 11 de novembro de 2021 e, em 05 de janeiro de 2022, o controle do equipamento passou a ser exercido pela Concessionária. Os bens vinculados à Concessão são reversíveis à São Paulo Turismo S.A., ao final do contrato, sem direito à indenização em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção. Nossa conclusão não contém modificação em virtude desses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Informações Contábeis Comparativas

As demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2025, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalva em 25 de março 2026. No relatório constou parágrafo de ênfase sobre os mesmos assuntos descritos, “Concessão Onerosa” e “Partes Relacionadas”. As informações contábeis intermediárias da Companhia do trimestre findo em 31 de março de 2025, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores, que emitiram relatório em 12 maio de 2025, sem modificação e com os mesmos parágrafos de ênfase “Partes Relacionadas” e “Concessão Onerosa”.

São Paulo, 11 de maio de 2026.

TBRT AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC 2SP021239/O-9
NIVALDO SABURO YAMAMOTO
CONTADOR CRC 1SP195282/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as demonstrações contábeis intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, com base nos acompanhamentos realizados e à vista do relatório dos auditores da TBRT Auditores Independentes S/S, emitido sem ressalvas, consideram que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Companhia em 31 de março de 2026.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

(todos com assinatura eletrônica)
THIAGO RUBIO SALVIONI
JOSÉ CARLOS PALACIOS MUNOZ
EDUARDO NORDSKOG DUARTE
PATRÍCIA DI DONATO FIRMINO

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2026

DATA, HORA E LOCAL : 11 de maio de 2026, às 17:00h, por videoconferência, via Microsoft Teams.

PRESENCAS: Presentes os membros do Comitê de Auditoria Estatutário: Sr. Geraldo Affonso Ferreira, Sr. André Castro Carvalho, Sr. Jonathan Mazon e Sra. Andressa Aloisi Cyrillo - Secretária de Governança Corporativa.

ORDEM DO DIA: Recomendação de aprovação do 1º Informativo Trimestral - ITR/2026
REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos e registrados na ata de apresentação do 1º ITR/2026, em 07 de maio de 2026, às 15h, conforme Doc. SEI 157184818, o Comitê de Auditoria Estatutário, tomou conhecimento da versão final do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do primeiro trimestre e respectivas notas explicativas, aprovados pela Diretoria Executiva em reunião realizada nesta data, bem como o relatório da TBRT Auditores Independentes S/S que o aprovou sem ressalvas.

Após análise desses documentos, observados os registros na ata da reunião anterior acima citada, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário recomendam ao Conselho de Administração a aprovação do “Primeiro Informativo Trimestral - ITR/2026”, o qual é parte integrante desta ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes.

São Paulo, 11 de maio de 2026.

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário:

GERALDO AFFONSO FERREIRA - Membro

ANDRÉ CASTRO CARVALHO - Membro

JONATHAN MAZON - Membro

ANDRESSA ALOISI CYRILLO – Secretária de Governança Corporativa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2026

DATA E LOCAL: 11 de maio de 2026, às 9h30, de forma presencial, na sede da Companhia.

PRESENCAS: Participaram da reunião os/as Srs/as: Marcelo Vieira Salles – Diretor Presidente, Walter Nyakas Junior – Chefe de Gabinete, Rafael Carvalho da Lavra – Diretor de Representação dos Empregados, Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e Relacionamento com Investidores e Andressa Aloisi Cyrillo – Secretária de Governança Corporativa.

ORDEM DO DIA: APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO 1º ITR/2026

O Sr. Diretor Presidente cumprimentou os presentes e passou a palavra ao Sr. Diretor de Gestão e Relacionamento com os Investidores para a apresentação dos resultados do 1º trimestre de 2026. O Sr. Diretor de Gestão informou que foi apurado lucro de R\$ 11,7 milhões antes do imposto de renda, em contraste com o prejuízo observado no mesmo período do ano anterior. Destacou-se que o 1º trimestre costuma ser o mais desafiador do exercício e que a reversão obtida foi considerada muito significativa. Registrou-se que o material será levado ao conselho sem ressalvas, com apresentação agendada para o dia seguinte, às 11h, em nova etapa de aprovação.

Foi consignado que a melhora decorreu, principalmente, do controle de custos, da redução do custo administrativo, da renegociação de contratos e de resultado financeiro favorável. Também foi mencionado que o Carnaval, realizado em março, apresenta distorções no trimestre por concentrar despesas antes do recebimento correspondente. Houve referência ainda ao efeito de diferimentos de aproximadamente R\$ 6 milhões em pagamentos, além de comparativos positivos de margem bruta, operacional e líquida.

Registrou-se que o caixa disponível supera R\$ 85 milhões, com caixa líquido positivo no trimestre e redução relevante das saídas de caixa em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram mencionados indicadores de caixa versus receita líquida, melhora do custo sobre receita e avanço relevante na estrutura patrimonial, com crescimento do patrimônio líquido de R\$ 284 milhões para R\$ 292 milhões.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar, e sem que ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, o 1º ITR/2026 foi aprovado pela Diretoria e os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida e aprovada por unanimidade pelos presentes.

Marcelo Vieira Salles – Diretor Presidente
Rafael Carvalho da Lavra – Diretor de Representação dos Empregados
Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e Relacionamento com Investidores
Andressa Aloisi Cyrillo – Secretária de Governança Corporativa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2026

DATA E LOCAL: 11 de maio de 2026, às 9h30, de forma presencial, na sede da Companhia.

PRESENCAS: Participaram da reunião os/as Srs/as: Marcelo Vieira Salles – Diretor Presidente, Walter Nyakas Junior – Chefe de Gabinete, Rafael Carvalho da Lavra – Diretor de Representação dos Empregados, Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e Relacionamento com Investidores e Andressa Aloisi Cyrillo – Secretária de Governança Corporativa.

ORDEM DO DIA: APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO 1º ITR/2026

O Sr. Diretor Presidente cumprimentou os presentes e passou a palavra ao Sr. Diretor de Gestão e Relacionamento com os Investidores para a apresentação dos resultados do 1º trimestre de 2026. O Sr. Diretor de Gestão informou que foi apurado lucro de R\$ 11,7 milhões antes do imposto de renda, em contraste com o prejuízo observado no mesmo período do ano anterior. Destacou-se que o 1º trimestre costuma ser o mais desafiador do exercício e que a reversão obtida foi considerada muito significativa. Registrou-se que o material será levado ao conselho sem ressalvas, com apresentação agendada para o dia seguinte, às 11h, em nova etapa de aprovação.

Foi consignado que a melhora decorreu, principalmente, do controle de custos, da redução do custo administrativo, da renegociação de contratos e de resultado financeiro favorável. Também foi mencionado que o Carnaval, realizado em março, apresenta distorções no trimestre por concentrar despesas antes do recebimento correspondente. Houve referência ainda ao efeito de diferimentos de aproximadamente R\$ 6 milhões em pagamentos, além de comparativos positivos de margem bruta, operacional e líquida.

Registrou-se que o caixa disponível supera R\$ 85 milhões, com caixa líquido positivo no trimestre e redução relevante das saídas de caixa em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram mencionados indicadores de caixa versus receita líquida, melhora do custo sobre receita e avanço relevante na estrutura patrimonial, com crescimento do patrimônio líquido de R\$ 284 milhões para R\$ 292 milhões.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar, e sem que ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, o 1º ITR/2026 foi aprovado pela Diretoria e os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida e aprovada por unanimidade pelos presentes.

Marcelo Vieira Salles – Diretor Presidente

Rafael Carvalho da Lavra – Diretor de Representação dos Empregados

Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e Relacionamento com Investidores

Andressa Aloisi Cyrillo – Secretária de Governança Corporativa